



A Tecnologia Assistiva na formação do aluno com necessidades especiais

Jackeline Barcelos Correa ¹
Amaro Sebastião de Souza Quintino ²

Resumo

Ao longo dos anos, houve uma evolução nas discussões sobre as desigualdades sociais e raciais existentes no Brasil, onde um dos principais personagens, representado pelos Movimentos Negros, foi o instrumento mais utilizado para fazer pressão junto ao Estado para que fossem oferecidas à população negra propostas de políticas públicas com o intuito de diminuir essas desigualdades. Bem como as políticas públicas voltadas para pessoas com necessidades especiais. Neste trabalho destacamos as ações afirmativas que garantem o direito ao acesso de todos na universidade. O presente trabalho apresenta questionamentos e reflexões sobre a temática da educação especial com foco a TA (Tecnologia Assistiva), destacando a formação do pedagogo com necessidades especiais e a importância do incentivo do professor motivador. O objetivo geral atribuir maior importância de analisar as estratégias pedagógicas na formação do aluno especial. Neste trabalho destacamos as ações afirmativas que garantem o direito ao acesso de todos na universidade. O que suscitou o nosso interesse também em escolher como objeto de estudo a Tecnologia Assistida foi a nossa experiência como professores de apoio ao Ensino na formação do pedagogo com necessidades especiais, cujo objetivo é apresentar o trabalho comprometido que é realizado foi à experiência vivida no ano de 2016. Sendo assim, o estudo de caso trata-se dos direitos de inclusão de um aluno cego e negro em formação em uma das universidades públicas de nosso país, garantindo sua permanência em uma ação conjunta. Como Metodologia, vamos tecer algumas considerações sobre os conceitos de igualdade na doutrina jurídica e sua aproximação com a dignidade da pessoa humana, utilizando para tanto a pesquisa bibliográfica e artigos científicos sobre o tema a partir dos estudos com um aluno da Licenciatura em Pedagogia da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense). Sendo assim, verifica-se que o incentivo da turma é importante para a promoção da acessibilidade e para o uso das novas tecnologias. O professor e a turma podem incentivar e motivar seus alunos oferecendo-lhes formação pedagógica especializada e inclusiva de sucesso. Como podemos observar são inúmeras as funções e habilidades que devem ser desempenhadas, com maestria pelo gestor educacional. Destacamos no

¹ Mestre em Cognição e Linguagem - Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF/RJ.

² Pós-graduado em Planejamento, Implementação e Gestão em EAD - Universidade Federal Fluminense-UFF/RJ.

texto a motivação como elemento essencial, esta habilidade é condição relevante, para a formação continuada de toda equipe pedagógica em especial a dos professores, esta formação continuada dever ser discutida e incentivada pelo gestor, partindo das necessidades e interesses individuais.

Logo, a universidade está buscando cumprir o seu papel integrador para garantir uma formação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Inclusão, Ações Afirmativas, Tecnologia Assistiva.

1- Introdução

Neste trabalho destacamos as ações afirmativas que garantem o direito ao acesso de todos na universidade.

O que suscitou o nosso interesse também em escolher como objeto de estudo a Tecnologia Assistiva foi a nossa experiência como professores de apoio ao Ensino na formação do pedagogo com necessidades especiais, cujo objetivo é apresentar o trabalho comprometido que é realizado foi à experiência vivida no ano de 2016.

Sendo assim, o estudo de caso trata-se dos direitos de inclusão de um aluno cego e negro em formação em uma das universidades públicas de nosso país, garantindo sua permanência em uma ação conjunta.

Neste caso, a justificativa deste estudo incide apontar a necessidade da inclusão de fato na formação do pedagogo. Este trabalho assume como objetivo geral atribuir maior importância de analisar o incentivo e a prática pedagógica inclusiva do aluno em formação, visando sua permanência e recursos facilitadores e motivadores para seus estudos.

Destacamos neste trabalho as contribuições teóricas e as leis que amparam a educação especial e a importância da gestão na formação do pedagogo com necessidades especiais.

2. Desenvolvimento

2.1 O discurso em torno da inclusão e a finalidade da Educação Inclusiva

O discurso em torno da inclusão de pessoas com deficiência na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem-se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, nas entidades, nos meios de co-

municação, na mídia, etc. Isto não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja prática corrente ou uma realidade já dada.

A finalidade da Educação Inclusiva é ir além da tentativa de reparação das necessidades específicas do educando. Também deve visar a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem, oferecendo oportunidades, combatendo a exclusão e melhorando as condições de vida de todos (RODRIGUES e OLIVEIRA, 2013, p. 164).

Para Rummert e Ventura (2011), uma prática pedagógica emancipadora requer que tenhamos como horizonte um processo formativo comprometido com alunos e professores, em que se busquem as raízes das questões a serem superadas e desta forma promover efetivamente ou proporcionar uma maior aproximação da exclusão zero, que:

consistia em não excluir uma pessoa, para qualquer finalidade por exemplo: emprego, terapia, educação com base no fato de que ela possuía uma deficiência ou por causa do grau de severidade dessa deficiência. Mais tarde, o conceito passou a abranger quaisquer necessidades especiais, independentemente de suas causas (SASSAKI, 2010, p.48).

As estratégias educacionais diferenciadas envolveram a postura do professor, com uma reformulação da prática docente e o uso de recursos adequados como opção para que o processo educativo se torne estimulante, proporcionando experiências sensoriais e um processo relacional que possibilite a aprendizagem.

O uso de adequações pedagógicas traz à tona a grande necessidade de propostas elaboradas no sentido de transcender as propostas e programas para todos os alunos, fortalecendo a formação profissional, garantindo seus direitos básicos de cidadão, com uma proposta emancipadora e que favoreça o desenvolvimento social cognitivo e tátil, pois se trata de um graduando com necessidades especiais.

Uma prática pedagógica emancipadora requer que tenhamos como horizonte um processo formativo comprometido com alunos e professores que se busquem as raízes das questões a serem superadas e desta forma promover efetivamente ou proporcionar além da formalidade da educação, as ferramentas que demandam as especificidades de cada aluno. Sendo assim destacamos a Tecnologia Assistiva. No caso o aluno X se auto define cego, pois explica a diferença entre cegueira e deficiência visual. O aluno ressalta que cego é o que não consegue ver nada e deficiente visual é o indivíduo com baixa visão.

A educação das pessoas especiais tem sido objeto de inquietações e constitui um sistema paralelo de instituições e serviços especializados no qual a inclusão escolar desponta como um ideal utópico e inviável.

Para a educação, o indivíduo com deficiência é um "aluno especial", cujas necessidades específicas demandam recursos, equipamentos e níveis de especialização definidos de acordo com a condição física, sensorial ou mental.

2.2 Algumas considerações das ações afirmativas no Brasil e no mundo, uma oportunidade em educação.

Se nos EUA os modos de justificação da ação afirmativa evoluíram e mudaram com o tempo, no Brasil eles se apresentam quase que simultaneamente.

Existe hoje um grau razoável de consenso sobre a existência de desigualdade e discriminação racial em nosso país, que essa realidade se perpetua desde os tempos da colônia, e que algo deve ser feito para remediar esse problema.

Não é por acaso que indígenas e afro-descendentes são os únicos grupos humanos nomeados explicitamente na constituição de 1988, o documento mais importante da re-fundação do Brasil democrático, que recomenda a proteção de suas manifestações culturais por parte do Estado.

O argumento da reparação, contudo, gera alguns problemas de ordem prática em relação à concretização de direitos e privilégios através de políticas públicas de Estado. (p.13)

Feres destaca outro problema em se eleger o argumento da reparação como elemento na justificação da ação afirmativa, a meu ver, é a identificação do recipiente de direitos. Dado que os africanos e seus descendentes formavam a imensa maioria do contingente de pessoas escravizadas, o direito de reparação dos males ocasionados pela escravidão deveria caber a seus descendentes, chamados hoje, comumente, de afro-descendentes.

O princípio da igualdade é um espectro de dois prismas, um a ser observado na aplicação do Direito e outro na criação do Direito. Em um polo, a igualdade é formal, "todos os cidadãos são iguais perante a lei", isto é, o que tradicionalmente se denomina a exigência de igualdade na aplicação da lei, "as leis devem ser executadas sem olhar as pessoas." (CANOTILHO, 2002, p.424).

Do imperativo da atuação ativa do Estado nasceram as Ações Afirmativas,

concebidas nos Estados Unidos da América, mas hoje já é adotada em diversos países europeus, asiáticos e africanos, com adaptações necessárias a cada situação de cada país. Delas nascem o acesso realmente para todos. Para Munanga.

As ações afirmativas são entendidas como o conjunto de políticas voltadas à concretização do princípio da igualdade pela faceta material, realizadas pelo setor público, privado ou por órgãos dotados de competência, de caráter compulsório ou voluntário e temporal, a fim de promover, integrar indivíduos e grupos tradicionalmente discriminados. É fórmula de extrair do isolamento, da discriminação social as minorias. Dentro de um contexto geral as ações afirmativas recebem várias definições, contudo esses conceitos mantêm relação entre si. Têm-se, também, como terminologias: ações 36 positivas, discriminação positiva, políticas compensatórias, discriminação reversa, cotas, reservas vagas, “equalopportunity policies”, etc (MUNANGA, 2003, p. 117).

Gomes nos aponta que diante da ineficiência das formas clássicas de combate à discriminação, dá-se início a um processo de mudança no conceito do instituto que passou a ser associado à ideia mais ousada de realização de igualdade de oportunidades através da imposição de cotas rígidas de acesso dos grupos de minorias em determinados setores do mercado de trabalho e de instituições educacionais. Ele acrescenta:

(...) as Ações Afirmativas se definiam como mero “encorajamento” por parte do Estado e as pessoas com o poder decisório nas áreas públicas e privadas levassem em consideração, nas suas decisões relativas a temas sensíveis como acesso à educação e ao mercado de trabalho fatores até então tidos como formalmente irrelevantes pela grande maioria de responsáveis políticos e empresariais, quais sejam, a raça, a cor, o sexo, a origem nacional das pessoas (GOMES, p. 39).

Segundo o autor:

as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero ou de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes na discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização ideal de efetiva igualdade de acesso e bens fundamentais como a educação e o emprego.(*idem*, p. 40)

As ações afirmativas têm como objetivo não apenas coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar.

Em seus estudos Joaquim Barbosa Gomes afirma que:

a discriminação não decorre apenas de políticas públicas ou de atos praticados por agentes governamentais. E indaga: Deve o Estado permitir que os particulares tomem a si a iniciativa de corrigir as injustiças e a discriminação do passado mediante as medidas de “integração” e “promoção” de pessoas pertencentes a grupos sociais historicamente marginalizados? (*idem*, p. 60).

Muitas vezes o aluno em formação se sente discriminado, e a sua formação, essa foi a nossa preocupação.

2.3 A Tecnologia Assistiva favorecendo a aprendizagem do pedagogo em formação

Para (BERSCHI 2008, p. 1) a Tecnologia Assistiva deve ser então entendida como um auxílio, que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento.

Podemos então dizer que o objetivo maior da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho.

Esses materiais e produtos é que favorecem desempenho autônomo dos alunos e os torna independente em tarefas rotineiras, ou facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, nas atividades como se alimentar, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais.

O aluno faz o uso de telefone e computador com o programa específico para as suas necessidades, a universidade dispões de um apoio técnico como apoio, oferece um professor de apoio ao aluno e o torna incluído de fato. São exemplos de Tecnologias Assistivas também os talheres modificados, suportes para utensílios domésticos, roupas desenhadas para facilitar o vestir e despir, abotoadores, velcro, recursos para transferência, barras de apoio, etc. Vale ressaltar que muitas dessas Tecnologias Assistivas são desconhecidas pela maioria dos professores e gestores escolares, e é um direito do aluno.

Segundo a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o art. 32 ressalta “A capacitação deveria ser originada e pesquisa deveria ser levada a cabo em ní-

veis nacional e regional no sentido de desenvolver sistemas tecnológicos de apoio apropriados à educação especial. Estados que tenham ratificado o Acordo de Florença deveriam ser encorajados a usar tal instrumento no sentido de facilitar a livre circulação de materiais e equipamentos às necessidades das pessoas com deficiências. Da mesma forma, Estados que ainda não tenham aderido ao Acordo ficam convidados a assim fazê-lo para que se facilite a livre circulação de serviços e bens de natureza educacional e cultural.”

O que se coloca em questão não é a oposição à implementação da Política de Educação Inclusiva, mas ao fato de que ela se dá sem as garantias de seu funcionamento pleno, demonstrando a situação caótica de muitas escolas que recebem alunos deficientes sem que as instituições públicas disponibilizem os recursos necessários. Tal realidade revela que essa política tem contribuído mais para exclusão do que para a inclusão escolar, pois os direitos à educação regular ainda são negados aos alunos deficientes.

2.4 Os professores e a gestão como elementos motivadores

O gestor tem um papel de grande relevância no incentivo a formação continuada e em cursos de qualificação e especificação de seus professores, assim como de toda sua equipe pedagógica. Este como já possui o papel de líder, de gerenciar o coletivo da universidade deve ser um agente impulsionador e motivador de sua equipe. Chiavenato destaca:

Motivação é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou, pelo menos, que dá origem a uma propensão a um comportamento específico, podendo este impulso à ação ser provocado por um estímulo externo (provindo do ambiente) ou também ser gerado internamente nos processos mentais do indivíduo. (CHIAVENATO, 1990, *Apud* TARDIN, RODRIGUES, DALSOQUIO, GUABIRABA & MIRANDA, 2005, p. 41).

A autora Heloisa Luck define a motivação no ambiente de aprendizagem como:

Toda pessoa tem necessidade de alcançar sucesso e assumir responsabilidades como condição de elevação de sua auto-imagem e identidade social e profissional. Também tem necessidade de reconhecimento pelo esforço e trabalho diferenciado que realiza, assim como necessita ter perspectivas de aprendizagem e desenvolvimento (LUCK, 2009, p. 84).

Cabe ao gestor como elo integrador na universidade, exercer múltiplas habilidades com sua equipe pedagógica, desempenhando de forma democrática a inclusão de fato. Cabe também aos professores colaborarem com a motivação e incentivo do uso das Tecnologias Assistivas durante sua formação.

Apesar dos esforços que possam ser feitos, nada será suficiente para pagar a dívida histórica que temos com os negros e com as pessoas com necessidades especiais que sofreram e sofrem com a desigualdade, porém, as cotas são os primeiros passos para uma mudança efetiva nesse quadro de desigualdade histórica. Tudo é um processo, e nós professores temos que garantir que a formação aconteça de fato.

3 - Conclusão

Sabemos da realidade da qual a maioria das universidades do nosso país estão inseridas. Condições físicas e estruturais precárias, somadas a outros fatores como sobre carga de trabalho, não ter direito a participação na tomada de decisões, baixos salários são alguns dos elementos que podem contribuir para o desinteresse e o sentimento de não pertencimento ao grupo.

O aluno X, já cursa o sexto período na Licenciatura em pedagogia. Ele se sente mais seguro e motivado pelo apoio oferecido pela turma, pelos professores e coordenadores do curso. Já consegue fazer planos para os futuros estudos, e se destaca como um dos alunos mais dedicados da turma.

Nesse contexto é possível analisar o grau de dificuldade em motivar-se e manter-se motivados, professores assim como todos os membros da equipe escolar. Para o efetivo alcance dessa integralização se faz necessário, que o professor e gestor se dediquem e motive o aluno.

Apesar dos esforços que possam ser feitos, nada será suficiente para pagar a dívida histórica que temos com os negros e com outras minorias, no caso os portadores de necessidades especiais que sofreram e sofrem com a desigualdade, porém, as cotas são os primeiros passos para uma mudança efetiva nesse quadro de desigualdade histórica.

Trata-se, portanto, de propor ações colaborativas e medidas que visem assegurar os direitos conquistados, a melhoria da qualidade da Educação Inclusiva, o investimento em uma ampla formação dos educadores, a remoção de barreiras

físicas, científicas e atitudinais, a previsão e provisão de recursos materiais e humanos entre outras possibilidades.

Logo, a igualdade deverá se traduzir em igualdade de condições de oportunidade para todos, embasados no princípio fundamental de cooperação, motivação e fundamentado na justiça distributiva que embasa no reconhecimento dos direitos de todos os indivíduos ou grupos minoritários, no qual teriam acesso se houvesse justiça social no meio em que vivem, sendo necessário tratar os desiguais na medida das suas desigualdades, como um cidadão de direitos, a fim de ver realizado o princípio constitucional em sua mais completa interpretação e com o total direito à sua formação com dignidade.

3- Referências Bibliográficas

BERSCHI, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. CEDI Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, Porto Alegre, RS, 2008.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares. Brasília/DF: MEC, 2002.

CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 5. ed. Coimbra: Almeida, 2002.

CORTADA, Silvana (Org.). **Educação de Jovens e Adultos e seus Diferentes Contextos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação afirmativa e princípio da igualdade: O direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas competências**. Ed. Positivo. Curitiba. 2009.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP/MEC, 2003.

RODRIGUES, Marta Cristina; OLIVEIRA, Sandra Kida Sanches de. **Adaptações Pedagógicas**. In: Sala, Eliana; Aciem, Tânia Medeiros (org.). Educação Inclusiva: Aspectos Político-Sociais e Práticos. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

RUMMERT, Sônia Maria; VENTURA, Jaqueline Pereira. **Considerações Político-Pedagógicas sobre as Especificidades da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**. In: SOUZA, José dos Santos; SALES, Sandra Regina (Org.). Educação

de Jovens e Adultos: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011.

SALAMANCA. D. Sobre Princípios, Política e Prática na Área das Necessidades Especiais. Disponível em :portal.www.mec.gov.br/seespe/arquivo/pdf/salamanca. Acessado em 20 de mar 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Eliene Pereira. **A Importância do Gestor Educacional na Instituição Escolar**. Revista Conteúdo. 2009. Disponível em: www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/download. Acessado em: 11 maio. 2015.

TARDIN, A.; RODRIGUES, J.; DALSOQUIO,P.; GUABIRABA, MIRANDA, **O Conceito de Motivação na Teoria das Relações Humanas**. Disponível em: www.maringamanagement.com.br/include/getdoc.php?id=113 Acessado em 20 maio de 2015.